

# A PALAVRA COMO ARMA POLÍTICA

## BIOGRAFIAS CRUZADAS E A HISTÓRIA DO SOCIALISMO NO BRASIL

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Entre o socialismo e o corporativismo: trajetórias de quatro líderes do movimento operário no Brasil (1871-1963)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024. 484 p.

Não resta dúvida de que o estudo de experiências e trajetórias individuais demarca um dos caminhos mais interessantes da historiografia contemporânea, desde o chamado retorno da narrativa e do papel do indivíduo na história. No domínio da história do trabalho produzida no Brasil, é notável o surgimento de pesquisas que cada vez mais se aproximam da biografia como recurso narrativo e metodológico, guardando certa inspiração na perspectiva da “biografia como problema”.<sup>1</sup> Trata-se de investigações sobre a

história da classe trabalhadora – seus movimentos, grupos, categorias, militantes, ideários – apoiadas no exame do caráter diverso e contingente da experiência individual *vis-à-vis* a possibilidade que ela oferece à compreensão de contextos, processos e fenômenos mais amplos.<sup>2</sup>

1 Sabina Loriga, “A biografia como problema” in Jacques Revel (org.), *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. Ver, ainda, da mesma autora: Sabina Loriga, *O pequeno X: da biografia à história*, Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

2 Para um bom exemplo, ver os dossiês sobre “Biografia e História do Trabalho” publicados em 2016 na *Revista Mundos do Trabalho*, sob organização de Aldrin Castellucci e Benito Bisso Schmidt. Indico, aqui, os textos de apresentação dos dossiês: [CC](#) e [CC](#). A respeito de produções que dizem algo da incursão recente de historiadores ligados à história do trabalho no terreno da biografia histórica, sugiro as resenhas de Paulo Santos Silva, “‘O verdadeiro’ Marx como desafio biográfico”, *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12 (2020), pp. 1-8, [CC](#), e de Barbara Weinstein, “O historiador mais conhecido do mundo: a vida de Eric Hobsbawm”, *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 13 (2021), pp. 1-7, [CC](#), que versam sobre as biografias de Karl Marx e de Eric

Algo, portanto, distante de atitudes afeitas à simples narração das realizações dos “vultos da história” ou dos ditos “grandes homens”, bem à moda de uma história política tradicional.

O mais novo livro autoral de Aldrin Castellucci, professor de História do Brasil na Graduação e na Pós-Graduação em História (PPGH) na Universidade do Estado Bahia (Uneb), não apenas integra como reforça esse caminho. Lançado nas versões digital e impressa pela Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), *Entre o socialismo e o corporativismo* reconstitui, no detalhe, as trajetórias de quatro importantes lideranças do movimento operário no Brasil. O texto propriamente dito, dotado de clareza e fluidez, convida-nos a conhecer aspectos da vida privada, mas, sobretudo, os traços que deram contorno à atuação política, militante, intelectual e literária de Evaristo de Moraes (1871-1939), Agripino Nazareth (1886-1961), Joaquim Pimenta (1886-1963) e Maurício de Lacerda (1888-1959).

Hobsbawm, escritas por Gareth Stedman Jones e Richard Evans, respectivamente. Ver, ainda, na mesma revista, a seção de debates em torno de *Lula e a política da astúcia*, biografia histórica de Luiz Inácio Lula da Silva, escrita por John French, publicada na edição de 2023.


O que une os doze capítulos da obra é a amarração de cada fio dos destinos desses personagens nos quadros da história social e política do Brasil de fins do século XIX a meados do século XX. Tal aspecto, decerto, não escapará ao público leitor. Afinal, a variedade de experiências, situações e encontros que atravessaram e constituíram as trajetórias desses personagens ficam evidentes nas relações que estabeleceram com o socialismo reformista, o movimento operário-sindical e órgãos de imprensa; com greves, paralisações, revoltas, passeatas, disputas eleitorais e a organização de partidos políticos; com a formação da Aliança Liberal e o movimento que culminou na Revolução de 1930; com a esfera estatal e a formulação de uma legislação trabalhista e sindical de viés corporativista sob o regime de Vargas.

As trajetórias em questão foram sendo minuciosamente entrelaçadas pelo autor no compasso de mais de uma década vasculhando arquivos, bibliotecas e centros de documentação país afora (e no exterior), sempre em busca do “rastros documental” que lhe permitisse capturar, aproximar e, sobretudo,

cruzar esses personagens e suas tantas histórias nos mais diferentes espaços em que aconteceram.<sup>3</sup> Tudo isso aliado à incorporação de farto repertório bibliográfico, nacional e internacional, com destaque para estudos sobre história do trabalho, do movimento operário, das ideias e organizações de esquerda. A propósito, vale destacar que o profundo envolvimento de Castellucci com o tema também o inspirou a conceber e conduzir o “Dicionário biográfico dos trabalhadores na Bahia (Império e Primeira República)”,<sup>4</sup> projeto de fôlego que conta com inúmeros verbetes de indivíduos e entidades operárias, seguindo de perto outras experiências do gênero.<sup>5</sup>

3 Paul Ricouer, *A memória, a história, o esquecimento*, Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 177.

4 Para mais informações, ver: .

5 Refiro-me, a título de exemplo, ao *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français*, ao *Dictionary of Labour Biography* e ao *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. Para mais informações sobre este último e os demais casos, ver o site do dicionário coordenado por Castellucci e o artigo de Claudio H. M. Batalha, “Escrevendo a biografia dos “obscuros e ativos”: a experiência do dicionário do movimento operário na cidade do Rio de Janeiro”, *Perseu: história, memória e política*, n. 3, ano 3 (2009), pp. 173-183, .

Nesse sentido, o autor desenvolve seus argumentos a partir de uma abordagem firmada na junção entre biografia e história do trabalho – ele próprio referência nessa matéria. O diálogo com Benito Schmidt, Edilene Toledo, Joseli Mendonça, Natalie Zemon Davis, Neville Kirk, Sabina Loriga, entre outros historiadores e historiadoras, orienta o modo como o autor maneja uma robusta massa documental composta por documentos de sindicatos, companhias, associações operárias e empresariais, relatórios, leis, compêndios estatísticos, publicações ligadas à área de legislação e direito trabalhista, além de livros e artigos veiculados pela imprensa, de autoria dos próprios biografados. Trata-se de material bastante rico, ao qual se somam periódicos da imprensa operária e da grande imprensa. Castellucci reuniu um sem-número de edições relativas a 92 títulos publicados em diversas regiões do território brasileiro, com Rio de Janeiro, Salvador e Recife, correspondendo, nesta ordem, a 48, 12 e 11 títulos de periódicos.

O livro reconstitui, no capítulo primeiro, características do perfil

social dos biografados, apontando diferenças e similaridades em termos de linhagem familiar e de marcadores regionais, de classe, étnico-raciais e intergeracionais que os aproximam e os distanciam. Moraes, por exemplo, nascido em 1871 na então capital do Império, "era mestiço de negro com branco", pobre, de origem proletária, enquanto Nazareth, Pimenta e Lacerda eram "todos brancos ou socialmente brancos" (p. 41 - 42), de classe média, nascidos na segunda metade dos anos 1880, respectivamente, em Salvador, Tauá (localidade do município de Inhamuns, no sertão cearense) e Vassouras (região cafeeicultora do Vale do Paraíba fluminense). Por outro lado, um dado curioso é que todos frequentaram e concluíram seus estudos em escolas superiores de Direito em Niterói (Moraes), Rio de Janeiro (Lacerda e Nazareth), Recife (Pimenta) e São Paulo (Nazareth) no início do século XX, tomaram contato com ideias sociais, atuaram em diversos momentos como professores, jornalistas (editores ou colaboradores), advogados e ocuparam cargos públicos.

Na prática, o envolvimento com a cultura letrada se traduziu, por assim dizer, em uma cultura militante comum fundada na palavra como arma política. É o que se depreende desde o segundo capítulo, dedicado às "primeiras lutas" travadas no momento em que novos horizontes se abriam a trabalhadores e trabalhadoras com a derrubada da monarquia escravista e a emergência da ordem republicana. Nele, identificamos Evaristo de Moraes, outrora partícipe da campanha abolicionista, circulando pelo meio operário na capital federal e construindo laços com as primeiras agremiações alinhadas ao socialismo surgidas na década de 1890, a exemplo do Partido Operário Nacional e do Centro Socialista Internacional. Moraes também se lançou ao combate político via imprensa e como orador em defesa dos interesses da classe operária, da República e contra o poder das oligarquias<sup>6</sup> – papéis que Nazareth, Pimenta e Lacerda também desempenharam, tendo este último iniciado sua trajetória política costurando articulações

6 Sobre esse personagem, a principal referência é a obra de Joseli Maria Nunes Mendonça, *Evaristo de Moraes, tribuna da República*, Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

com estudantes entre o Rio, Argentina e Uruguai.

Adiante, os capítulos três e quatro dedicam atenção à conturbada década de 1910, período em que Nazareth e Lacerda se mobilizaram e mobilizaram trabalhadores para conspiratas militares, com intuito de "depor o presidente Wenceslau Braz e instaurar uma república parlamentar no Brasil" (p. 102). Afora as disputas político-eleitorais – os dois haviam apoiado o general Hermes da Fonseca à presidência –, Nazareth e Lacerda acompanharam atentamente a emergência do ciclo de mobilizações grevistas de 1917-1919, insurgindo suas penas em favor da classe operária e da Revolução Russa. Lacerda, então deputado federal, chegou a conceber e propor à Câmara projetos que contemplavam os interesses dos militares rebelados, bem como medidas que visavam garantir a regulamentação da jornada de oito horas e do trabalho de mulheres e crianças.

Os capítulos cinco e seis, lidos conjuntamente, informam pontos de contato das trajetórias de Agripino Nazareth e Joaquim Pimenta, chamando a atenção para o papel que ambos desempenharam na agitação

operária nos estados da Bahia e de Pernambuco. O primeiro liderou uma das mais importantes greves gerais daquele ciclo – a greve geral de junho de 1919, ocorrida em Salvador –, manteve proximidade com sindicatos de várias categorias, com protestos operários antirracistas e fundou, em 1920, o Partido Socialista Baiano – pelo qual se candidatou a deputado federal –, e a Federação dos Trabalhadores Baianos, antes de ser expulso de sua terra natal pelo governador J. J. Seabra. Por sua vez, Joaquim Pimenta não apenas seguiu trabalhando como jornalista e professor da Faculdade de Direito do Recife como estreitou laços com sindicatos e setores operários, participou ativamente da greve geral de julho de 1919 e das paralisações realizadas por trabalhadores da companhia britânica *Great Western of Brazil Railway*, que interligava Pernambuco, Alagoas e Paraíba, localidades nas quais Pimenta tentou, sem sucesso, organizar partidos socialistas.

Os capítulos sete e oito deslocam o itinerário narrativo para os anos 1920. De volta à cidade do Rio de Janeiro, Agripino Nazareth retoma a militância socialista, ciente do êxito

eleitoral alcançado pelo PS baiano e da opção pela ação parlamentar conjugada à ação sindical. Nessa toada, Nazareth se junta a Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta, Maurício de Lacerda e outros companheiros no estabelecimento da seção brasileira do Grupo *Clarté*, de Paris, que tinha ramificações em Buenos Aires, Montevideu e na Europa. Mais tarde, ele partilha com Lacerda e Moraes a costura política que levaria à criação do Partido Socialista do Brasil, em 1925, com o objetivo de engajar trabalhadores nas eleições de 1926. A agremiação, visando fortalecer suas ligações com o socialismo, organizou conferências em celebração à memória de duas lideranças socialistas europeias – o italiano Matteotti e o francês Jean Jaurès<sup>7</sup> – e ao 14 de julho, referência explícita à Queda da Bastilha. Vale ainda ressaltar as querelas políticas e intelectuais entre quadros do PSB e do PCB, notadamente Nazareth e Octávio Brandão, que permitem vislumbrar como esses partidos disputavam, à esquerda, espaço no meio operário e

7 Sobre a passagem do socialista francês pelo Brasil, ver: Claudio Batalha, “Jaurès au Brésil”, *Jean Jaurès. Cahiers trimestriels*, n. 139, janvier-mars (1996), pp. 23-30.

sindical e nas campanhas e embates eleitorais.

Caminhando em direção à década de 1930, os capítulos nove e dez trazem à cena a participação dos quatro militantes na campanha promovida pela Aliança Liberal, no movimento que originou a Revolução de 1930 e na reorganização do Estado brasileiro sob o governo de Getúlio Vargas. Castellucci vê nessa participação uma alternância de posição dos biografados “do reformismo tático ao reformismo como estratégia”. Em suas palavras, “eles deixaram claro que as mudanças sociais em benefício dos trabalhadores adviriam das reformas que seriam feitas pelo Estado [...] e não de uma revolução social por meio da qual os operários seriam os protagonistas, expropriariam os capitalistas e edificariam uma sociedade sem classes” (p. 344). Tal premissa casou-se, dali em diante, com o corporativismo estatal e a ampliação da esfera dos direitos para a classe trabalhadora. No âmbito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Nazareth, Pimenta e Moraes se empenharam na feitura de uma legislação trabalhista e sindical – casos da Lei dos Dois Terços e da

reformulação da Lei Sindical de 1907 –, na tentativa de imprimir outro padrão de organização à relação capital-trabalho, muito embora, diga-se, o projeto corporativista tenha encontrado resistências dos adeptos do sindicalismo revolucionário em contraste com a tendência de maior adesão entre aqueles alinhados ao sindicalismo reformista.

O capítulo seguinte demonstra que as trajetórias dos personagens biografados seguiram rumos distintos a partir de meados da década de 1930. Moraes se demitiu do Ministério do Trabalho, voltou a escrever sobre temas de sua alçada, a atuar como advogado criminalista e foi nomeado professor da Faculdade Nacional de Direito do Brasil em 1938. Nazareth continuou no Ministério do Trabalho, seguindo da procuradoria do Departamento Nacional do Trabalho para a Justiça do Trabalho, criada em 1941, após outras duas tentativas frustradas em pleitos eleitorais, primeiro como deputado constituinte, depois como deputado classista. Assim como seu companheiro de militância, Pimenta permaneceu no ministério como procurador daquele departamento,

deixando-o logo no início do Estado Novo (1937-1945) a fim de seguir como professor na mesma Faculdade de Direito para a qual Moraes havia sido nomeado, e na Faculdade de Direito da atual Uerj. Já Maurício de Lacerda retomou o mandato de deputado federal e não integrou o governo efetivamente, juntando-se a seu filho, Carlos Lacerda, na frente antifascista Aliança Nacional Liber-tadora (ANL), e, dez anos depois, em uma guinada ideológica à direita conservadora, na União Democrática Nacional (UDN).

O capítulo “Morte e esquecimento” sinaliza a leitoras e leitores o desfecho do percurso narrativo do livro, ao mesmo tempo em que retoma algo daquilo que parece ter impulsionado a empreitada historiográfica de Aldrin Castellucci. A biografia cruzada como chave analítica demarca, ela própria, a relevante contribuição que o autor oferece ao domínio da história do trabalho e suas interfaces com o gênero biográfico. Tal escolha permitiu-lhe circunscrever aspectos da experiência pública de Moraes, Nazareth, Pimenta e Lacerda como lideranças do movimento operário, sublinhando suas respectivas trajetórias ao longo do tempo, sem perder

de vista suas formas de inserção, circulação e interconexão para além de fronteiras locais e regionais. Mais do que isso – e para finalizar –, Castellucci restitui o valor histórico desses personagens e do engajamento que cultivaram em torno do socialismo e dos direitos da classe trabalhadora ao

reposicioná-los do esquecimento para um lugar central na compreensão das lutas sociais no Brasil republicano.

**David Lacerda**  

*Universidade do Estado da Bahia*

doi: 10.9771/aa.v0i72.72002